



**ENAN
PUR** 2023
Belém 22 a 26 de maio



“Histórias Contadas”: Narrativas das lutas dos movimentos sociais pela moradia na cidade de Macapá-AP

Sessão Temática 08: Movimentos sociais e a construção do urbano contemporâneo

Resumo. Esse artigo busca avançar na compreensão do campo da investigação dos movimentos sociais, aproveitando-se deste trabalho para proporcionar a voz como forma de resistência aos movimentos populares. Os movimentos sociais desempenham papel fundamental como espaços de inclusão dos cidadãos e para o desenvolvimento urbano. Justifica-se a realização deste trabalho na expectativa de publicizar as trajetórias de lideranças dos movimentos sociais que lutam pela moradia na cidade de Macapá. O debate aborda práticas diversas de lutas como forma de fortalecer suas ações e da busca pela garantia do direito à moradia em Macapá. Intenta-se também, difundir a importância dos movimentos sociais, os problemas que enfrentam para sua organização e formação; bem como ter os movimentos sociais como ferramentas que colaboram para a emancipação individual e coletiva no espaço urbano contemporâneo.

Palavras-Chave: Movimentos sociais; Macapá; Narrativas; Moradia.

Stories Told: Narratives of the struggles of social movements for housing in the city of Macapá-AP

Abstract. This article seeks to advance in understanding the field of investigation of social movements, tanking advantage of this work to provide the voice as a form of resistance to popular movements. Social movements play a fundamental role as spaces for inclusion of citizens and for urban development. This work is justified in the expectation of publicizing the trajectories of social movement leaders who fight for housing in the city of Macapá. The debate addresses different struggle practices as a way to strengthen their actions and the search for guaranteeing the right to housing in Macapá. It is also intended to disseminate the importance of social movements, the problems they face for their organization

and formation; as well as having social movements as tools that collaborate for individual and collective emancipation in contemporary urban space.

Keywords: Social movements; Macapá; Narratives; home.

Historias Contadas: Narrativas de las luchas de los movimientos sociales por la vivienda en la ciudad de Macapá-AP

Resumen. Este artículo busca avanzar en la comprensión del campo de investigación de los movimientos sociales, aprovechando este trabajo para brindar la voz como forma de resistencia a los movimientos populares. Los movimientos sociales juegan un papel fundamental como espacios de inclusión ciudadana y de desarrollo urbano. Este trabajo se justifica en la expectativa de dar a conocer las trayectorias de movimientos sociales que luchan por la vivienda en la ciudad de Macapá. El debate aborda diferentes prácticas de lucha como forma de fortalecer su accionar y la búsqueda por garantizar el derecho a la vivienda en Macapá. También se pretende difundir la importancia de los movimientos sociales, los problemas que enfrentan para su organización y formación; así como con tar con los movimientos sociales como herramientas que colaboran para la emancipación individual y colectiva en el espacio urbano contemporáneo.

Palabras Clave: Movimientos sociales; Macapá; Narrativas; Casa.

1. Introdução

O Estado da Arte da Pesquisa Científica é uma das etapas mais importantes para qualquer trabalho científico. É através da busca em bancos de dados que é possível identificar quais os trabalhos já realizados sobre o tema proposto e, a partir deles, continuar no avanço da ciência e do saber ao utilizá-los como referências e conceitos. Para Eco (1997, p. 11), fazer ciência é uma atividade e instituição, atividade porque através dela o tema proposto contribui para o avanço da ciência e, é instituição porque é uma estrutura formada por três elementos: sujeito, objeto e o meio.

Estado da Arte é a sistematização de tudo o que já foi produzido em uma determinada área do conhecimento (*status* do conhecimento) através de um recorte temporal dos periódicos de maior relevância para a área proposta a nível internacional, nacional e local. Atualmente, como a produção do conhecimento é sempre vasta, publica-se muito de várias áreas, passando a ser necessário um recorte do espaço-tempo para a composição e entendimento do que vem a ser Estado da Arte. Assim, o que é produzido cientificamente em qualquer área do conhecimento passa a ser amplamente conhecido se for divulgado e publicado.

Existem vários acervos que discutem a agenda dos movimentos sociais, são teses, dissertações, livros, artigos e outros trabalhos científicos de abordagem teórico-metodológica, que contribuem para a descoberta do saber. Nas últimas décadas, autores brasileiros como Gohn (1997; 2011) e Viana (2014;

2020) têm contribuído para o debate sobre o tema “movimentos sociais”, mas, muito precisa ainda ser pesquisado. Autores estrangeiros, como Touraine (1991); Castells (1974; 1977; 2013); Santos (2001); Svampa (2010) nos últimos anos estão sendo traduzidos no Brasil, principalmente na abordagem das transformações internas e externas dos movimentos sociais e um novo olhar sobre a organização social, urbana e rural.

Essa mudança no cenário das produções tem se dado, principalmente, pelos estudos de novos pesquisadores. O debate sobre o tema dos “movimentos sociais” vem buscando pautar, no campo teórico, questionamentos sobre as mudanças no cenário sociopolítico e as estratégias dos movimentos sociais frente as demandas por direitos - que são caras aos movimentos sociais, como a saúde, a educação e a moradia.

Um dos autores que faz esse debate é Boaventura de Souza Santos, cientista social; busca através de seus estudos um pensamento alternativo que explora e interpreta de maneira crítica o ambiente que habitamos. Para o autor, os saberes são nascidos das lutas contra o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado. Para Boaventura (2018), o modelo de produção capitalista caracteriza os grupos sociais oprimidos como aqueles que não são capazes de produzir conhecimento, excluídos do modelo dominante do saber.

Boaventura (2018) nos apresenta uma teoria cheia de alternativas que busca resgatar saberes que ora foram silenciados pelo modo de produção capitalista que na maioria das vezes não reconhece os sujeitos como humanos. Combinando trabalho teórico com trabalho empírico, este estudo desafia a trazer os movimentos sociais como protagonistas de suas histórias e não como retaguarda. Para esse feito é indispensável as contribuições de Boaventura, pesquisador que dedicou parte dos seus estudos aos movimentos sociais a partir de um Sul epistemológico. “O Objetivo das Epistemologias do Sul é possibilitar que os grupos sociais oprimidos representem o mundo como próprios e em seus próprios termos, porque só assim poderão transformá-lo segundo as suas próprias aspirações” (SANTOS, 2018, 301).

Em Macapá, capital do estado do Amapá, algumas lideranças de movimentos sociais adentraram as universidades em cursos de graduação e pós-graduação, e como professores na área das ciências humanas. Alguns Trabalhos de Conclusão de Cursos, Dissertações e Teses que vêm sendo escritos por esses acadêmicos-militantes são parte da história vivenciada dentro dos próprios movimentos sociais. A descrição desse percurso de militância é importante e merece ser dividido com a sociedade civil e a acadêmica, especialmente se o objeto pesquisado se relaciona com o próprio modo de vida e luta dessas lideranças.

Nossa proposta nesse artigo é trazer relatos de experiências de quatro lideranças de movimentos sociais que lutam pela moradia na cidade de Macapá. As histórias narradas por esses sujeitos reproduzem formas de resistência frente as mudanças urbanas vivenciadas no decorrer dos anos na cidade amapaense e que ainda se apresentam nos dias de hoje. Essa abordagem torna-se relevante, pois, publiciza histórias de anos destinados a militância e que muitas são desconhecidas. A técnica de pesquisa aplicada foi a entrevista aberta entendendo que esse método seria o ideal para que os entrevistados e entrevistadas pudessem narrar as suas vivencias sem interrupção, mais como uma conversa e escuta do que trazer somente um caráter técnico-científico.

A pesquisa busca avançar na compreensão deste campo de investigação, aproveitando-se deste trabalho para proporcionar maior voz ao coletivo, pois entende-se que os movimentos sociais desempenham papel fundamental como espaços de inclusão dos cidadãos e para o desenvolvimento urbano. Este trabalho está dividido em quatro sessões a primeira é a introdução que vem descrevendo a importância do Estado da Arte para a pesquisa científica e o porquê é necessário se aprofundar na agenda dos “movimentos sociais”; a segunda sessão aborda a gênese dos movimentos sociais no estado do Amapá; a terceira relata as experiências de quatro lideranças que são atuantes na luta pela moradia digna na cidade de Macapá e a quarta e última sessão trata das considerações finais.

2. A gênese dos movimentos sociais no estado do Amapá

No século XX, em 1943 no governo de Getúlio Vargas, foi descoberto grande quantidade de minérios o que contribuiu para a fundação do Território Federal do Amapá (pelo Decreto-Lei nº 5.8120, de 13 de setembro de 1943). O interesse na criação de territórios federais pelo governo brasileiro era para que localidades onde existiam poucos habitantes fossem mais povoadas e com o objetivo de aumentar a produção de excedentes para comercialização (LOBATO, 2013).

Com a Constituição Federal de 1988 o Território foi elevado à categoria de Estado, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Amapá possui uma população de 669.526 habitantes. De acordo com último censo, o Amapá possui 16 municípios, sua capital Macapá tem população estimada de 398,204 habitantes. “O processo de transformação do Amapá em estado federado em 1988 provocou um salto no crescimento demográfico em comparação com a região e com o país” (CHAGAS, et al, 2016, p. 846). Outros atrativos também foram importantes para a vinda de migrantes para o novo estado, como a criação da área de livre comércio de Macapá e Santana, abertura e pavimentação da BR-156 que liga Macapá a Laranjal do Jari, criação de novos municípios, novos postos de trabalho nos órgãos públicos, entre outros (CHAGAS, et al, 2016).

Na década de 1990, o crescimento demográfico do Amapá manteve-se ainda elevado, chegando a 64,84%, quase três vezes maior do que o crescimento ocorrido no conjunto dos estados da Amazônia Legal (23,95%) e quatro vezes maior que o crescimento nacional (15,65%) (CHAGAS, et al, 2016, p. 846).

O estado do Amapá é o único estado brasileiro que não pode ser acessado por vias terrestres a outros estados, apenas através do transporte marítimo ou aéreo. Mesmo com essa particularidade, Amapá recebeu grandes investimentos do Governo Federal que contribuíram para o seu crescimento econômico e populacional, mas que não foram acompanhados de políticas públicas que garantisse seu pleno desenvolvimento.

Outros fatores também contribuíram para o aumento do crescimento demográfico amapaense ainda na década de 1950, a instalação das empresas mineradoras na região. Entre os minerais mais extraídos encontrava-se o manganês, a empresa responsável pela exploração do mineral foi a Indústria e Comércio de Minérios S. A. (ICOMI). “Entre 1951 e 1953, a ICOMI realizou uma série de esforços no sentido de se capitalizar para dar início a sua grande

empreitada no Amapá” (LOBATO, 2013, p. 55). Precisando de maior infraestrutura a empresa mineradora deu início às construções para tornar possível a exploração e escoação da produção do minério no Amapá. As construções corroboraram para o aumento populacional urbano provocando desequilíbrio demográfico que se estendeu à década seguinte.

Em virtude do aumento no número de trabalhadores que migraram para o então Território Federal para trabalharem nas empresas mineradoras e de eletricidade, fez surgir a necessidade desses trabalhadores se organizarem. Em 1958, a Companhia Elétrica do Amapá (CEA) possuía 500 operários, concentrados sobretudo na construção da Usina Hidrelétrica Coaracy Nunes (na cachoeira do Paredão). A empresa de mineração ICOMI possuía quase 1.500 operários empregados e mais algumas centenas de trabalhadores contratados, conforme descreve Lobato (2013, p. 185).

Os trabalhadores começaram a se organizar em associações e sindicatos. As principais reivindicações eram por direitos trabalhistas. “A classe dirigente territorial permanentemente tentava manter em seu campo de influência estas associações e difundir um discurso que apontava para a necessidade de cooperação entre trabalhadores, patrões e governo” (LOBATO, 2013, p. 184). A cúpula do governo também se mostrou apoiadora da criação de novos sindicatos e associações, como forma de controlar e influenciar nas decisões deles.

Em um primeiro momento os trabalhadores se organizaram em associações e posteriormente estas se transformaram em sindicatos. Logo, a partir dos anos de 1950 foram criados: i) Sindicato dos Trabalhadores Industriais Urbanos; ii) Sindicato dos Estivadores e dos Trabalhadores em Estivas de Minério; iii) Sindicato dos Oficiais Marceneiros e Trabalhadores na Indústria de Serraria e Móveis de Madeira, iv) Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Panificação e Confeitaria; v) Sindicato dos Trabalhadores da Indústria nas Extrativas; vi) Sindicato dos Empregados do comércio e vii) Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Construção Civil.

Na década de 1950, a gente ouvia falar muito no Sindicato da ICOMI (Indústria e Comércios de Minérios). Aqui tinha outro sindicato muito forte, que era o da construção civil. Também tinha um sindicato bastante organizado, que era o Sindicato dos Estivadores [...] (CHAGAS, 2021, p. 36).

No entanto, os sindicatos não buscavam apenas intervir nas demandas trabalhistas, mas também nos problemas relacionados ao social, como: a exploração infantil, a falta de moradia, de escolas, de saneamento básico, por assistência hospitalar etc. Como medida de enfrentamento a esses problemas, os sindicatos dos trabalhadores criaram uma agenda de reivindicações. “Tal agenda extrapolava as dificuldades vivenciadas no mundo do trabalho e reforçava nos trabalhadores a consciência e o senso de cidadania” (LOBATO, 2013, p. 189).

Como forma de atender aos seus interesses, o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) se aliou aos sindicatos no final dos anos de 1950. Essa aliança trouxe benefícios para ambos, uma vez que foi criado pelo PTB o jornal Folha do Povo onde através desse meio de comunicação os petebistas podiam controlar o que os sindicatos reivindicavam na sua agenda de demandas. O jornal também fazia críticas ao governo, momento em que o Amapá estava enfrentando o desabastecimento de alimentos e a precariedade nos serviços urbanos, principalmente nas áreas subalternas da cidade (LOBATO, 2013). “Ao dar

ressonância as demandas dos grupos subalternos por meio da página da Folha do Povo, o PTB do Amapá reforçava sua aliança com os sindicatos” (LOBATO, 2013, p. 198). No entanto, o PTB e o PSD (Partido Social Democrático) foram extintos e os sindicatos passaram por profundas intervenções fazendo com que perdessem sua autonomia e em 1964 o jornal Folha do Povo deixou de existir.

Como não existia uma organização dos trabalhadores ruais no Território Federal do Amapá, as lideranças de agricultores começaram a ser organizar e fundaram a Sociedade Central de Agricultores do Amapá (SOCEAP). Devido a dedicação das lideranças, entre elas Pedro Ramos, a SOCEAP alcançou 70 Sociedades Locais em todo o Território Federal. No entanto, a SOCEAP não conseguiu atender a todas as demandas dos seus sócios. Como forma de atender a demanda, - que era a vendas dos produtos agrícolas-, foi criada em 1979 a Cooperativa dos Pequenos Agricultores do Amapá (COMAPA) (CHAGAS, 2021). Porém,

A expansão da criação de búfalos no Amapá gerou uma nova demanda dos agricultores para a SOCEAP: o enfrentamento dos conflitos relacionados à destruição das suas roças pelos animais. Da mesma forma, a burocracia da época limitava a atuação da SOCEAP nesses conflitos exigindo a criação de um Sindicato dos Trabalhadores Rurais (CHAGAS, 2021, p. 24).

No ano de 1981 é criado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Amapá (SINTRA), que atendia todos os trabalhadores rurais do Território. A criação do SINTRA obteve o apoio da Igreja Católica através da Pastoral Rural, que posteriormente seria a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Uma importante liderança para o estado do Amapá nesse período de organização dos trabalhadores rurais foi o ativista Pedro Ramos, segundo diretor do SINTRA e liderança que ficou a frente do sindicato até 1987, acumulou também, a vice-presidência do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS). Em 1985, o CNS passou por mudança de nome para Conselho Nacional das Populações Extrativistas, permanecendo a mesma sigla e Pedro Ramos participou como vice-presidente nesse momento também.

Como grande articulador do CNS, atuando muito além do espaço amapaense, Pedro tem levado a bandeira das Reservas Extrativistas por vários espaços das relações nacionais e internacionais que defendem a Amazônia como espaço de desenvolvimento com a floresta em pé [...] (CHAGAS, 2021, p. 28).

Enquanto diretor do SINTRA, Pedro Ramos enfrentou o desafio de mediar os conflitos entre os pecuaristas e os pequenos agricultores, onde esses últimos tinham suas roças destruídas pelos animais. Por outro lado, o governo territorial não atendia as reivindicações do sindicato: “isso exigia uma maior capacidade de articulação para contar com o apoio de técnicos (advogados, agrônomos, sociólogos e outros) que apoiavam Pedro mais por militância política (CHAGAS, 2021, p. 25).

Naquela época tinha uma questão importante. Os pecuaristas tinham o poder político e econômico. Eram eles que se sentavam na mesa com o governador e direcionavam quem deveria assumir a Secretaria de Agricultura. Eram os comerciantes que usavam as terras para colocar búfalo como reserva de valor. O grande empecilho era os agricultores. Esse era o conflito inicial entre a SOCEAP e os pecuaristas de búfalo. Houve muita ameaça de morte. Uma coisa complicada (CHAGAS, 2021, p. 58).

Pedro Ramos de Sousa nasceu no dia 27 de novembro de 1940. Natural do Afuá, ilha do Pará, envolveu-se desde jovem nas lutas pela reforma agrária no Amapá, em especial na região Sul do estado. Aos seis anos de idade foi morar com sua tia materna em Macapá para estudar, mas devido seu envolvimento com militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) seu pai levou de volta para as ilhas: “Fiquei nas ilhas até os 24 anos, mas aos 16 já tinha contato com lideranças de movimentos sociais que estavam lutando para organizar os pescadores do Amapá [...]” (CHAGAS, 2021, p. 35).

Com uma extensa atuação em sindicatos e movimentos sociais, Pedro Ramos dedicou sua vida lutando pela preservação da Amazônia, pelas questões agrárias e esteve em contato com lideranças importantes, como Chico Mendes e Tomé de Souza Belo. Na sua articulação e vivência foi um importante interlocutor entre a sociedade e os governos tanto na esfera municipal, estadual e federal.

Pedro Ramos de Sousa construiu a sua história na própria luta dos trabalhadores rurais e das populações tradicionais do Amapá, em particular, e da Amazônia, como um todo, construindo um grande capítulo de resistência na história dos movimentos sociais da região, denunciando as dificuldades vividas pelas populações tradicionais na construção de um projeto de Amazônia que continue a contemplá-las como protagonistas das suas próprias histórias, na sua trajetória política de Pedrinho da SOCEAP, da COMAPA, do SINTRA, do CNA, enfim, de “Pedrinho da Amazônia” (CHAGAS, 2021, p. 29).

No Amapá Pedro Ramos contribuiu para a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), Associações de Bairros e Sindicatos. Devido seu envolvimento na militância, Pedro Ramos foi perseguido por opositores, agredido, preso, sofreu tentativa de homicídio e foi exilado para Caiena, Guiana Francesa, após fugir da prisão. Para permanecer em Caiena teve que mudar de sobrenome “Eu tenho o nome diferente de todos os meus irmãos. Meus irmãos são Sousa da Paixão e eu Ramos de Sousa” (CHAGAS, 2021, p. 46). Nas terras francesas Pedro Ramos trabalhou, conheceu pessoas que o ajudou com estadia, alimentação e vestimenta. No final do ano de 1973 ele voltou para Macapá, sem saber se ainda iria encontrar seus pais vivos, mas descobriu que eles haviam se mudado das ilhas.

Como reconhecimento por anos dedicados aos movimentos sociais, como extrativista e ambientalista, Pedro Ramos recebeu no ano de 2021 o título de Doutor Honoris Causa da Universidade Estadual do Amapá (UEAP). Contribuiu com trabalhos e pesquisas científicas, participou de eventos acadêmicos em várias universidades, demonstrando que existe um espaço ser preenchido entre academia – conhecimento científico - e lideranças sociais – ecologia de saberes. Atualmente, Pedro Ramos mora em Macapá e passa por problemas sérios de saúde e financeiro, dependendo da ajuda de familiares e amigos, pois até a aposentadoria que teria direito como trabalhador rural lhe foi negada pelo Estado (CHAGAS, 2021).

Os estudos trazidos para o debate demonstraram que o movimento sindical esteve atrelado aos partidos políticos desde quando o estado do Amapá ainda era Território Federal. Ainda hoje é possível constatar, através das narrativas na sessão seguinte, que ainda existem lideranças de movimentos sociais vinculadas a partidos através de alianças e projetos políticos. Os sindicatos foram a gênese dos movimentos sociais que existem no estado do

Amapá, mas dentro dos próprios sindicatos ocorreram disputas por liderança, o que acabaram por enfraquecer suas reivindicações e provocaram seu controle.

No Amapá, a experiência dos sindicatos iniciou com os trabalhadores industriais no ambiente urbano e avançou vinculando aos movimentos sociais do campo, onde o protagonismo de Pedro Ramos é referência importante para o entendimento da luta sindical. Atualmente os sindicatos são pouco expressivos e desarticulados dos movimentos sociais, mas, estes reconhecem que os sindicatos tiveram papel importante para a gênese dos movimentos sociais no estado, principalmente os sindicatos rurais. Podemos supor que isso ocorreu pela construção, formação e localização geográfica do próprio estado do Amapá que acabou por dificultar a entrada de outras lideranças para contribuir com o processo de formação das lideranças locais.

3. Narrativas de lideranças dos movimentos sociais que lutam pela moradia na cidade de Macapá

Para a realidade da cidade de Macapá, a ocupação do seu território se deu especialmente com a migração da população ribeirinha das ilhas próximas. A maior parte dessa população ocupou áreas de ressacaⁱ, onde construíram suas habitações de tipo palafita imprimindo uma questão cultural na relação com o meio ambiente e de pouca inserção no desenho das políticas públicas habitacionais que os deveriam acolher.

As áreas de ressacas não apresentam a mínima condição de habitabilidade, ausência de saneamento básico, pavimentação e equipamentos sociais urbanos (CARVALHO, 2020). Assim, fica inegável a necessidade do protagonismo dos chamados movimentos sociais frente aos problemas urbanos; não apenas como um dever constitucional, mas também como garantia de voz daqueles que têm a real dimensão dos problemas enfrentados pela população. Como podemos evidenciar na fala da moradora Duarte uma das lideranças do bairro do Congós localizado em Macapá:

Ixi, Gente, os problemas de sempre, né. Energia, água, violência, a falta de uma estrutura, não tem esgoto, então todos esses problemas a gente tem aqui no Congós. Essa rua aqui ela não era asfaltada, a gente lutou muito, mais muito mesmo, pra gente conseguir com que jogassem um asfalto aqui. E não é asfalto é só uma borra de asfalto, só. Agora estão fazendo a ponte de concreto, que essa ponte aqui era toda quebrada. As pessoas caíam na ponte, pessoas que são cadeirantes que moram aí na ponte também, sofriam muito. E falta muita energia aqui, devido a parte da área de ressaca, eu acho que tem uma carga muito grande de energia, muita gente, tudo é clandestino com um único transformador que tem fica bem aqui próximo e toda vez ele tá estourando. A gente vai tomar banho lá pra ponte, quando o pessoal tem água do poço, e assim a gente vive (DUARTE, 2022)ⁱⁱ.

Essa situação do cotidiano da população que reside no bairro do Congós é um dos reflexos do *déficit* habitacional. Esse bairro é um dos mais populosos da capital, “com mais de 18 mil moradores, dos quais 40% residem na área de ressaca Chico Dias” (TOSTES, 2022). O bairro ganhou esse nome porque o dono da área se chamava Benedito Lino do Carmo, mais conhecido como “Seu Congós”. “Seu Congós morou por muito tempo no bairro, vivia da agricultura e da criação de gado” (TOSTES, 2022). A organização dos moradores e as lideranças locais foram fundamentais para a chegada das melhorias de infraestrutura como observamos na fala de Duarte.

Com a procura de um lugar para morar os migrantes começaram a ocupar as áreas de ressaca presentes em Macapá e que hoje compõem os bairros da capital. A maioria dos moradores do bairro do Congós são migrantes principalmente do estado do Pará que vieram para o Amapá em busca de melhores condições de vida (TOSTES, 2022) como nos relata a moradora e liderança do bairro:

E aí as pessoas vieram morar pra cá. Primeiro só era aterrado lá a principal, que tinha asfalto, mas e aí o resto não. E aí foi se formando esse bairro, e ele cresceu bem rápido, em sentido de população. E o bairro do Congós é parte da área alagada, ao redor de tudo isso aqui é área de ressaca (DUARTE, 2022).

Outro bairro que apresenta esses mesmos problemas é o bairro do Zerão, como nos relata a moradora e liderança do bairro Gonzalez:

Então, hoje a gente tem, falando especificamente do bairro do Zerão, a gente tem um bairro que a maioria das ruas é no escuro. As pessoas trancam suas portas, dentro de casa tem luz, mas na rua não tem. E as pessoas deixaram. Perderam o hábito, que a gente fazia muito. Nós tinha uma pessoa responsável por cada rua e aquela pessoa ela anotava, poste tal da esquina tal não tem lâmpada, sabe. E aí a gente fazia o documento cobrando da CEA pra que colocasse a energia, né. Colocasse a iluminação no bairro. Então, hoje isso acabou, isso não tem mais. “Ah a gente tá com quantos? Nove dias sem água no Zerão, nossa! Como é que você tá com nove dias sem água? Ah não, mas aí eu tenho poço artesiano, né. Mas, o teu vizinho não tem. Eu tenho um poço amazôna, mas tenho vizinho não tem, sabe. Mas, o problema é dele, não é meu”. Então, não se consegue mais fazer essas lutas coletivas. E as associações de moradores, elas foram perdendo isso, né (GONZALEZ, 2022)ⁱⁱⁱ.

A origem e formação do bairro são relativamente recentes, loteado no ano de 1990 pela prefeitura municipal da época é onde hoje estão localizados pontos turísticos importantes como o Marco Zero do Equador e o Sambódromo. O bairro foi aberto para abrigar famílias carentes e moradores de áreas úmidas que viviam as margens da orla da capital. As famílias foram remanejadas para a área que hoje é o bairro sem que os órgãos públicos oferecessem a mínima condição de habitabilidade como nos relata a moradora e liderança do bairro Gonzalez:

E era um bairro que não tinha nem luz, não tinha nada, absolutamente nada. E aí exigia que a gente se envolvesse né pra melhorar a comunidade. Começamos a nos deitar na rua pra tentar trazer o asfalto, nem que fosse na rua principal, fazer mobilizações, incentivar a comunidade a exigir direitos. E quando teve a primeira eleição pra associação de moradores eu participei, né. Tava recém fundada. Fiquei 400 e poucos votos de diferença na frente do segundo colocado e assumi o desafio de ser presidente do bairro do Zerão, por onde a gente teve muitas oportunidades, eu diria, né pessoais, social principalmente, de melhorar o bairro. Nós conseguimos levar água, asfalto, escola, delegacia, arena, foram tudo projetos do nosso mandato (GONZALEZ, 2022).

Como podemos observar a partir da fala de Gonzalez, o bairro do Zerão continua apresentando os mesmos problemas do seu início de fundação. Apesar das conquistas, os moradores que inicialmente se organizavam para trazerem melhorias para o bairro, hoje acreditam não ser mais necessário. O individualismo tomou o lugar do coletivo, de perceber que os problemas do bairro não é só responsabilidade do poder público resolver, mas, também dos moradores.

O bairro do Zerão ganhou esse nome devido estar localizado na área um dos pontos mais visitados pelos turistas que visitam a capital do Amapá, que é o Monumento do Marco Zero, mas o restante do bairro é invisível para o poder público. O Zerão foi mal estruturado sem áreas reservadas para estacionamentos, ruas estreitas e ausência de asfalto, “o poder público não levou em conta o traçado urbano original da cidade de Macapá” (TOSTES, 2022). Atualmente o bairro do Zerão expandiu e cresceu em população e pontos comerciais e outras atividades. “Tais investimentos auxiliaram na melhoria do acesso aos bens e serviços” (TOSTES, 2022).

A organização dos movimentos sociais e as manifestações populares que buscam respostas às suas lutas reivindicam leis, direitos e acessos múltiplos. “Ao realizarem estas ações, projetam em seus participantes sentimentos de pertencimento social” (GOHN, 2011 p. 15). Essa fala de Gohn sobre esse sentimento de pertencer podemos identificar na fala de Gonzalez (2022): “Quando você mora numa comunidade você enxerga mais os problemas, né, porque você tá mais ali. Você vive mais a comunidade”.

Os movimentos sociais devem ser encarados como instrumentos de participação, reivindicação e de luta, especialmente nos grandes centros, local onde se deve exigir o acesso à moradia como condição plena de cidadania. Para Castells (2013), os movimentos sociais são atores da mudança, pois são capazes de influenciar, a partir da elaboração de projetos e através de suas experiências de vida e de luta. “E uma vez que, em minha opinião, os movimentos sociais são a fonte da mudança social, e, portanto, da constituição da sociedade, essa questão é fundamental” (CASTELLS, 2013, p. 22). Para o autor, os movimentos sociais são constituídos de sujeitos, no plural, porque para se formar um movimento social é imprescindível a união da motivação emocional de cada indivíduo em particular. A partir da comunicação de suas experiências os indivíduos se tornam motivados a superarem seus medos, terem raiva diante da injustiça e identificando sua realidade com a do outro. Castells, parte do princípio então de que,

[...] para que a experiências individuais se encadeiem e formem um movimento é a existência de um processo de comunicação que propaga os eventos e as emoções a eles associadas. Quanto mais rápido e interativo for o processo de comunicação, maior será a probabilidade de formação de um processo de ação coletiva enraizado na indignação, propellido pelo entusiasmo e motivado pela esperança (CASTELLS, 2013, p. 25).

Essa importância da comunicação como instrumento de formação citada por Castells fica evidente no entendimento da Gonzalez:

Você não consegue mais ficar sentado na frente da sua casa, por exemplo, né. Esses costumes eles foram embora e esses costumes da troca, da conversa, do vizinho parar, sentar, bater papo. “Olha aconteceu tal coisa ali”. A rádio sem fio. Que a gente tinha rádio comunitária no bairro do Zerão, que era nos postinhos, né. Então, tudo o que acontecia as pessoas sabiam. Essas conversas, essa aproximação. As pessoas foram botando o muro, botando grade. Foram se trancando, foram se prendendo e foram se tornando individualista. Então o problema do meu vizinho, ele é um problema dele, não é meu, é só dele. Os problemas da rua, eles não são mais meus, eles são do município. Não, eles sempre foram do município. Eles sempre foram. Mas, eles são nossos também. E as pessoas, elas separaram isso. Eu acho que os movimentos eles precisam ser realimentados, eles precisam voltar a acreditar de que eles têm um potencial gigante nas mãos, nós temos um potencial muito grande nas mãos, mas que nós precisamos estar sempre juntos, não dá para ter apartais de movimento. Então os movimentos eles precisam compreender isso, a força que existe (GONZALEZ, 2022).

A partir das narrativas das lideranças entrevistadas foi possível constatar também que além dos sindicatos a presença da igreja católica foi instrumento importante para formação das bases nos anos de 1950-1970. As comunidades eclesiais de base foram as que fizeram a formação inicial das lideranças de bairros e que deram origem as associações de moradores, como fica evidente na fala de Santos:

A organização sindical aqui no estado ela marcou essa trajetória dos movimentos sociais aqui no estado e podemos dizer que ela é um divisor de águas (...) A igreja católica ela vem de uma herança conservadora mesmo, mas as comunidades eclesiais de base elas acabavam tendo essa capacidade de levar essa formação, de juntar de aglutinar ali de querer fazer a formação comunitária mesmo. E aí eu acho que algumas lideranças que passaram por ali, aí a gente pode considerar a década de 1950, 1960, 1970, acabaram tendo esse espírito, aí começaram a chamar algumas movimentações, por exemplo as associações de moradores (SANTOS)^{iv}.

As associações de moradores que existiam nos bairros de Macapá não estão em funcionamento, perderam a força de articulação e organização, “(...) hoje as associações de moradores ela não tem a mesma capacidade organizativa, elas não dialogam, as federações que foram criadas elas não conseguem dialogar (...)”. Outras associações foram implantadas nos bairros pelo governo estadual responsáveis pela desarticulação das associações que já existiam como narra a seguir Gonzalez:

Ele até tentaram bastante. De quebrar essas associações de moradores. Eu fui experiência viva no meu bairro. (...) Esses caras me perseguiram de tudo que era jeito. (...) Resultado de tudo isso, ele tava tentando fazer no bairro o que eles conseguiram fazer em vários bairros, trocar os presidentes de associações. Nos bairros onde eles não conseguiram trocar a diretoria da associação o que eles fizeram, usaram outra estratégia, criaram associação comunitária de bairro tal. Uma organização paralela a associação de moradores. Aí tudo que a associação de moradores protocolava, não era resolvido. Essa associação comunitária recém-criada protocolava e resolvia, entendeu. Limpeza de rua, capina, terraplenagem, tapa-buraco, trocar encanação, trocar fiação, minha filha você não tem ideia. Você não tem ideia. Aí no nosso bairro foi criada. Ele criou essa associação como da área do bairro do Zerão, ela não durou 5 meses, mas ela foi criada, ele presidente claro, né. Só que aí eu percebi a fragilidade. Fiz uma reunião. Eu tenho as fotos desse dia na associação de moradores. Reunir todos os presidentes de associações de moradores de Macapá, todos. Vão acabar com o movimento comunitário e realmente acabaram, né (GONZALEZ, 2022).

Todos os bairros de Macapá tinham uma associação de moradores compostas por presidente e diretores. As associações eram articuladas e buscavam melhorias para o bairro, como asfaltamento, transporte público, unidade de saúde, escolas, creches, entre outras. As associações de moradores eram temidas pelos governantes porque elas mobilizavam os moradores a participarem, identificavam as demandas dos seus bairros e alcançaram muitas conquistas que até hoje é possível encontrar. O relato a seguir de Santos registra bem como isso aconteceu na associação de moradores do bairro do Buritizal, bairro central de Macapá.

Quando ela foi fundada, foi que começaram a brigar por escolas no bairro, feira do produtor, hospital, tanto é que o posto funcionava aqui, então a associação ela tem uma certa inserção no que hoje tem aqui no bairro, de hospital, escola, semáforo, asfaltamento, até mesmo as tentativas de drenagem de esgoto, tem muita digital aqui dessa associação (SANTOS, 2022).

As lideranças de movimentos sociais tiveram o primeiro contato com a luta por direitos ainda nas associações de moradores e as comunidades eclesiais de base. Entre as causas sociais alcançadas pelos movimentos sociais que lutam pela moradia em Macapá está a implantação de Projetos Habitacionais de Interesse Social entre eles o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). O PMCMV busca atender em sua maioria moradores que residem em áreas periféricas e alagadas, que se encontram em situação de vulnerabilidade social (CARVALHO, 2020).

O primeiro empreendimento habitacional implementado em Macapá remonta da década de 1980 durante o governo do então Território Federal, localizado na zona sul da capital chamado de Laurindo Banha. Sobre esse loteamento urbano Toste descreve que “o Laurindo Banha é uma referência de transição entre a fase do período do Território Federal e a criação do estado do Amapá” (TOSTES, 2022, p. 2).

Em visita a capital amapaense é perceptivo observar os vários conjuntos habitacionais de interesse social construídos podendo citar alguns: o Mucajá que conta com 592 unidades habitacionais, divididas em 37 blocos, 4 pavimentos e 16 apartamentos; o residencial Mestre Oscar que abrange 528 habitações; o conjunto Macapaba, considerado o maior construído na cidade, dividido em duas fases, este beneficiou na primeira fase cerca de 2.148 famílias alocadas em 164 casas e 1.984 apartamentos e a segunda fase contou com a entrega de 2.218 unidades habitacionais, somando um total de 4.366 famílias beneficiadas, formando uma cidade dentro de outra cidade (TOSTES, 2021).

Em 2016 outro conjunto habitacional foi entregue pela prefeitura de Macapá e que também faz parte do PMCMV chamado de conjunto São José que abrange 1.440 unidades habitacionais, dividido em 72 blocos e comporta 5 pavimentos e 4 apartamentos por andar. No ano de 2018 foi a vez de ser entregue a população o conjunto habitacional Jardim Açucena com mais de 1.500 unidades para moradia e equipamentos sociais como área de lazer e centro comunitário. Em 2022 foi entregue o conjunto Miracema com 5.000 apartamentos e outros estão em andamento como o residencial Janary Nunes sendo que a primeira fase visa construir 500 unidades habitacionais totalizando no final do projeto a entrega 15.000 moradias (TOSTES, 2021).

Com as mudanças no Plano Diretor, foram elevados os índices de altura para edifícios até 22 andares, algo exagerado para uma cidade que tem características de um corpo hídrico. E mesmo a verticalização baixa, tem sido utilizada na construção de conjuntos habitacionais de interesse social e vem gerando inúmeros transtornos para a própria população residente, pois são edifícios que desconsideram a realidade da paisagem, criam penumbras, “ilhas” separadas, o fator mais grave, desconsidera o perfil dos ocupantes, não há infraestrutura no entorno, e as condições de acessibilidade e mobilidade são as mais precárias (TOSTES 2022, p. 4).

Os conjuntos habitacionais estavam inscritos no primeiro Plano Diretor (PD) pensado para o estado do Amapá enquanto este ainda era Território Federal. “Para esse fim, o Governo Federal contratou a empresa Grumbilf do Brasil (1960) para produzir o primeiro projeto de Plano Diretor da cidade, que envolvia o desenho de estradas, equipamentos e infraestrutura urbana” (CARVALHO, 2020, p. 93). Dos dezesseis municípios que formam o estado do Amapá apenas Macapá e Santana (segundo município mais populoso do estado) elaboraram seus Planos Diretores, porém, apenas o de Macapá foi materializado no ano de 2003.

Os Planos Diretores são importantes instrumentos que fortalecem e promovem a participação da população nos assuntos públicos garantindo a todos o direito a cidade. “Macapá ao longo de sua história urbana teve a oportunidade de ter vários planos urbanos entre 1960 a 2004. Esses diversos planos contribuíram para melhor analisar e indicar perspectivas de crescimento e desenvolvimento de cidade” (TOSTES, 2020, p.25). Como podemos observar na tabela abaixo:

Tabela 1: Os Planos Diretores executados nos municípios do Amapá (1959-2004)

(Fonte: Elaborado pelo autor)

Plano Diretor	Empresa	Município	Ano
Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano-GRUMBILF PDDU-	Grumbilf do Brasil – GRUMBILF	Macapá TFA	1959
Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano- PDDU-	Fundação João Pinheiro	Macapá Santana	1973
Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – PDDU	H. J. COLE e ASSOCIADOS	Macapá Mazagão Amapá Calçoene Oiapoque	1977
Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental do Município de Macapá	Prefeitura de Macapá Universidade Federal do Amapá	Macapá	2004

Obs: Dados extraídos de TOSTES (2012).

Embora Macapá tenha vivenciado algumas experiências com a criação de Planos Diretores, encontrou algumas barreiras de implementação pelo poder público e a efetivação da participação social antes, durante e após a implementação dos Planos Diretores. “Planejar é um desafio e isso requer prognosticar também os desdobramentos que tal esforço irá desencadear nas diversas dimensões urbanas. Daí a relevância de consultar os atores envolvidos” (TOSTES, 2012, p. 123). Em um dos artigos do PD de Macapá era obrigação do poder público promover moradia popular habitável para famílias de baixa renda contribuindo assim para a redução do *déficit* habitacional (CARVALHO, 2020). Entre as diretrizes do PD famílias que viviam em áreas de ressaca deveriam ser remanejadas para habitações que oferecessem melhores condições de moradias, porém, essa não foi a realidade de Macapá segundo as palavras de Silva:

Uma dessas conquistas que hoje eu tenho orgulho é, se trata do conjunto Macapaba, né. Foi uma luta do movimento social, do movimento comunitário. É a expansão além do conjunto Mucajá e de outros companheiros que fizeram essa luta. Mas, assim, a gente tratou ali a questão do conjunto Macapaba, até então não tinha nome quando começou. A discussão da gente sempre dizendo que precisaria aumentar o número e a quantidade de habitações de interesse social que são hoje os conjuntos, né. Então a gente naquele momento, a gente foi um papel muito grande através do movimento, né. E aí envolveu parte do poder judiciário na época, né. (...) Então hoje eu passo no Macapaba eu fico me perguntando, né, quantas pessoas tem morando naquele conjunto? E quantas pessoas tão precisando de equipamento comunitário? Eu sempre fui contra a instalação no conjunto Macapaba nos moldes que ele está hoje. (...) Porque você colocar hoje 25000 famílias dentro do conjunto Macapaba e você não oferecer os equipamentos comunitário pra essas pessoas, você está cometendo um suicídio, né. (...) Então eu sempre fui contra, né, você botar as pessoas para morar sem essas pessoas ter uma creche, escola, uma água de

qualidade, uma linha de ônibus de qualidade, (...) no dia que foi a inauguração nós entramos numa reunião era 8 horas da noite fomos terminar a reunião era quase madrugada, um dia antes da inauguração do conjunto. E a gente tentando, tencionando e dizendo, provando dentro da lei, da Minha Casa Minha Vida que não adiantava só você construir, adiantava você construir e você ofereceu o equipamento comunitário. Então a gente perdeu. Foi feita a inauguração no conjunto. Foi colocado as pessoas pra morar lá dentro, mas com essa dificuldade, sem água, sem creche, sem escola (SILVA, 2022)^v.

Os investimentos em moradias populares na cidade de Macapá foram resultado das reivindicações dos movimentos sociais. A experiência dos movimentos sociais que lutam pela reforma urbana chegou em Macapá como resistência e alternativa diante do crescente *déficit* habitacional. Os trabalhadores e trabalhadoras se opuseram a esta situação, trazendo em suas ações caráter de identidade coletiva aos movimentos sociais. Ao que Castells e Borja (1996) afirmam, que os grandes projetos de desenvolvimento multiplicaram as demandas sociais no ambiente urbano fazendo a cidade contemporânea se assumir como um ator político que promove acordos e associação, assume responsabilidades diante da sociedade e da união, se apresentando como polo central na articulação entre a sociedade civil, a iniciativa privada e as diferentes instâncias do Estado.

Para os autores, a eficácia dos planos e projetos pensados para a cidade só alcançarão êxito com a articulação “público-privado”, ou seja, integrar a população que na maioria das vezes é excluída ou pouco ouvida, a partir da promoção de empreendimentos que tragam comunicação, mobilização e autonomia aos cidadãos. Desconstruindo o que prevê a Constituição Federal brasileira de 1988, onde no seu artigo 6º estabelece que todo o cidadão tem, entre um dos seus direitos sociais, o direito à moradia digna e habitável, a qual é uma necessidade básica do ser humano. A moradia também é um Direito Fundamental desde 1948 com a Declaração dos Direitos Humanos, assim o Estado tem como obrigação garantir esse direito, porém, esse continua sendo um grande desafio.

Os sindicatos, as comunidades eclesiais de base, através da igreja católica, e as associações de bairro deram o suporte para as bases dos movimentos sociais no estado do Amapá. Essas bases trouxeram vitórias importantes para os movimentos sociais que lutam pela moradia na cidade de Macapá e no processo da organização política. A desarticulação entre os movimentos sociais que é presente hoje em Macapá e que acaba ocasionando a invisibilidade das lutas foi fazendo com que os movimentos sociais fossem se desconstruindo no decorrer dos anos. Como mostra a fala de Gonzalez:

Porque as pessoas individualizaram a luta, né, as conquistas. A rua tá lá, não tem asfalto, tem buraco, quando chover vai alagar tudo, mas ninguém tá preocupado em se juntar (...) Eles esquecem das coisas maiores. Então isso foi fragilizando muito o movimento, né. O movimento comunitário aqui do Amapá, ele foi muito forte. O movimento comunitário na nossa época era muito forte. A gente era, protagonista. Era o protagonista de todas as lutas. Porque se dissesse: “vai ter uma reunião no bairro do Zerão pra definir tal coisa”. O prefeito não metia a cara, vereador, deputado, governador (GONZALEZ, 2022).

4. Considerações Finais

As cidades são reflexo do crescimento desordenado que vem acompanhando a história e a lógica do capital. Esse tipo de crescimento acarreta

um aumento populacional desordenado, excludente, caótico e desigual. Na região amazônica, em especial no município de Macapá, capital do estado do Amapá a realidade não é diferente.

Macapá apresenta consequências no seu ambiente urbano, espaço que não foi acompanhado por infraestrutura, geração de emprego e renda, o que resultou em espaços precários de habitação. Desde o tempo que o Amapá era Território Federal, a cidade de Macapá vem passando por transformações econômicas, sociais, habitacional que refletem ainda hoje no modo de vida de seus munícipes. Os investimentos em habitação popular não foram suficientes para sanar o *deficit* habitacional, ou seja, não acompanhou todas as demandas trazidas pelos moradores e os movimentos sociais.

Através das narrativas das lideranças é evidente que os movimentos sociais foram no passado muito forte no estado. Alcançaram espaços importantes na articulação com o poder público que resultaram em melhorias que são presentes nos bairros como postos de saúde, conjuntos habitacionais, escolas, entre outras. Eram movimentos articulados que se envolviam nas lutas; a participação da população era uma construção importante.

Além disso, mesmo com a desmobilização dos movimentos sociais em Macapá ainda é possível encontrar lideranças comprometidas como os protagonistas trazidos nesse trabalho. Lideranças que deixaram um legado importante como Pedro Ramos que mesmo sendo preso, torturado e esilado não desistiu da luta. Assim como, Santos, Gonzalez, Silva e Duarte, homens e mulheres que dedicam tempo e força de vontade em prol da mudança, acreditando que através de suas vozes podem transformar a realidade.

As contribuições deste trabalho para o estado da arte da agenda dos “movimentos sociais” é o de divulgar as experiências de luta das lideranças, que assim como na cidade de Macapá, em outras cidades brasileiras são desconhecidas. A moradia e o espaço urbano proporcionam vivências de luta por suas garantias a tempos e que são importantes para serem alcançados na sua efetividade.

5. Referências Bibliograficas

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese em ciências humanas**. Tradutores: Ana Falcão Bastos e Luís Leitão. 13.ed. Editorial Presença, 1997.

CARVALHO, Bianca Moro de. **Habitação popular na Amazônia: o caso das ressacas na cidade de Macapá** / Bianca Moro de Carvalho- 1. Ed.-Curitiba: Appris, 2020.

CASTELLS, Manuel. BORJA, Jordi. As cidades como atores políticos. Tradução: Omar Ribeiro Thomaz. **Revista Novos Estudos Nº 45**, Julho 1996.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: Movimentos sociais na era da internet**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Ed. Zahar, set. 2013.

CHAGAS, Marco Antônio. FILOCREÃO, Antônio Sérgio Monteiro. RABELO, Benedito Vitor. FERNANDES, Aristóteles Viana. A articulação entre o complexo verde de Ab'Saber e o complexo urbano de Becker como desafio do desenvolvimento regional: Amapá como um caso amazônico. **Revista Brasileira de Pós-Graduação (RBPG)**, Brasília, v. 13, n. 32, p. 829-860, set./dez. 2016.

CHAGAS, Marco Antonio. **Mano Pedro: socioambientalismo, ecologia de saberes e artesanias das práticas na Amazônia** / Marco Antonio Chagas. – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2021.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais** / Maria da Glória Gohn (organizadora), 5. Ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

LOBATO, Sidney da Silva. A cidade dos trabalhadores: insegurança estrutural e tática de sobrevivência em Macapá (1944-1964) / Sidney da Silva Lobato. **Tese (doutorado)** - Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História Social do departamento de história da Faculdade de Filosofia, São Paulo, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Construindo as epistemologias do Sul: antologia essencial. Vol. I: Para pensar um pensamento alternativo de alternativas. Compilado por Maria Paula Meneses (et al) – 1ªed. – Ciudad Autónoma de Buenos Aires: **CLACSO**, 2018.

TORRINHA, Mário Nunes. **Macapá: redes, comércio, tempo e espaço na formação do labirinto urbano**/ Mário Nunes Torrinha. Jundiaí, Paco Editorial: 2015.

TOSTES, José Alberto. **Transformações urbanas das pequenas cidades amazônicas (AP) na Faixa de Fronteira Setentrional** / José Alberto Tostes. - Rio de Janeiro: Publit, 2012.

TOSTES, José Alberto. **Os distintos olhares do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Macapá- 2004**/ José Alberto Tostes (organizador). – Macapá: UNIFAP, 2020.

TOSTES, José Alberto. A política habitacional na cidade de Macapá. Disponível em: <http://josealbertostes.blogspot.com/2021/09/>.html. Acesso em: 22/03/2021.

TOSTES, José Alberto. Origem da formação do bairro do Congos. 2022. Disponível em: https://josealbertostes.blogspot.com/2022/08/origem-e-formacao-do-bairro-congos_7.html. Acesso em 12/12/2022.

TOSTES, José Alberto. Origem da formação do bairro do Congos. 2022. Disponível em: <https://josealbertostes.blogspot.com/2022/08/origem-e-formacao-do-bairro-zero.html>. Acesso em 12/12/2022.

¹ São casas construídas pelos próprios moradores em áreas impróprias para moradia. A construção das casas tipos palafitas requer gasto financeiro, de energia e de tempo dos moradores antes que os serviços públicos tenham chegado (CARVALHO, 2020).

² Entrevista concedida em 18 de agosto de 2022.

³ Entrevista concedida em 17 de outubro de 2022.

⁴ Entrevista concedida em 15 de agosto de 2022.

⁵ Entrevista concedida em 31 de agosto de 2022.